

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.050 - PI (2019/0303722-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : ANDRE FELIPE FERREIRA MONTE (PRESO)
ADVOGADOS : LEONARDO CARVALHO QUEIROZ - PI008982
JAIRO BRAZ DA SILVA - PI009916
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **ANDRE FELIPE FERREIRA MONTE** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, cuja ementa registra:

"PROCESSO PENAL – HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA – INOCORRÊNCIA – DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – EXCESSO DE PRAZO – COMPLEXIDADE DO FEITO – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – ORDEM DENEGADA – DECISÃO UNÂNIME.

1.Havendo prova da existência do delito e indícios suficientes de autoria, poderá ser decretada a prisão preventiva como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, e desde que o magistrado aponte fatos que justifiquem a necessidade da medida extrema, sob pena de nulidade da decisão proferida;

2.Na hipótese, partindo-se da premissa de que há prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria (art.312, do caput CPP), verifico que agiu acertadamente o magistrado ao decretar a prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem a quo pública, em razão da (i) gravidade concreta do crime, demonstrada pelo uma vez que fora praticado mediante grave modus operandi, ameaça, exercida com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes, com a subjugação de diversas vítimas, e sua (ii) periculosidade, dada a contumácia na prática delitiva, pois responde a outra ação penal por ato infracional, não havendo pois que se falar em ausência de fundamentação no ; decum 3. A alegação do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos processuais, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto;

4. trata-se de feito complexo, com pluralidade de réus (três), defensores distintos, diversas testemunhas e vítimas (seis) a In casu, inquirir, no qual se apura a suposta prática de roubo majorado, e com vários pedidos de liberdade provisória, cujos incidentes demandam a manifestação do , além da necessidade de expedição de Cartas Precatórias, circunstâncias que promovem a Parquet dilação do trâmite processual, e, de consequência, justificam eventual atraso na

Superior Tribunal de Justiça

conclusão da instrução. Ademais, aguarda-se apenas a apresentação da defesa escrita do paciente, para que seja designada a audiência de instrução e julgamento;

5. Ordem denegada, à unanimidade" (e-STJ, fls. 246-247).

Consta nos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 23/03/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, §2º, II c/c §2º- A, I, do Código Penal (e-STJ, fls. 100-102).

Nesta Corte, o recorrente alega, em síntese, excesso de prazo para formação da culpa por encontrar-se preso desde 22/03/2019, sem ter sido designada data para o início da instrução processual, apesar de todos os acusados já terem apresentado defesa escrita.

Sustenta, ainda, a desnecessidade da sua prisão cautelar tendo em vista que é primário, possui bons antecedentes, é estudante e reside com seus pais.

Requer a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de Teresina-PI, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator